

Panorama da aquisição de alimentos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar em um município do Rio Grande do Sul

Filipe Mello Dorneles¹, Caroline Ferreira Mainardi², Arthur Fernandes Bettencourt³, Reilly Gonçalves Pires⁴, Fernanda de Souza Britto Simões⁵ e Shirley Grazieli da Silva Nascimento⁶

Resumo: O presente estudo propôs-se analisar a participação do município de Dom Pedrito/RS no Programa Nacional de Alimentação Escolar nos anos de 2011 a 2016. Metodologicamente, como forma de responder aos objetivos, realizou-se uma pesquisa descritiva. O levantamento de dados se deu em dois momentos: primeiramente lançou-se mão de dados disponibilizados pela Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação nos relatórios ‘Aquisições da Agricultura Familiar’ e ‘Repasses Financeiros’. Posteriormente, realizou-se uma entrevista com a responsável pela articulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município. Observou-se que o município de Dom Pedrito/RS apresentou índices inferiores ao valor mínimo de 30% do repasse da verba da Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação ao estado do Rio Grande do Sul para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, nos anos de 2012 e 2016, conforme o estipulado pela Lei nº 11.947/2009, por fatores limitantes como a falta de documentação por parte dos agricultores e a descentralização dos pontos de entrega dos produtos. Compreende-se que apenas o uso de Chamadas Públicas para a garantia do cumprimento do valor mínimo de 30% exigido pela legislação não tem se mostrado suficiente, sendo necessários maiores esforços de todos os envolvidos no programa.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Alimentação Escolar; Políticas Públicas.

1 Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bacharel em Administração. Mestrando em Administração na UNIPAMPA. E-mail: fidorneles@gmail.com

2 Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bacharel em Administração. Doutora em Administração. E-mail: caroline.unipampa@gmail.com

3 Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bacharelado em Zootecnia na UNIPAMPA. E-mail: arthurbettencourt@gmail.com

4 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrando em Desenvolvimento Rural na UFRGS. E-mail: rei_lee_gp@gmail.com

5 Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Zootecnia. E-mail: fernandabrittosimoes@gmail.com

6 Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Doutora em Agronomia. Professora Adjunta na UNIPAMPA. E-mail: nascimento.shy@gmail.com

The vision of the acquisition of Family Farming foods to the National School Food Program in a municipality from *Rio Grande do Sul*, Brazil

Filipe Mello Dorneles¹, Caroline Ferreira Mainardi², Arthur Fernandes Bettencourt³, Reilly Gonçalves Pires⁴, Fernanda de Souza Britto Simões⁵, and Shirley Grazieli da Silva Nascimento⁶

Abstract: The present study aimed to analyze the participation of the municipality of Dom Pedrito/RS (Brazil) in the National School Food Program in the years 2011 to 2016. Methodologically as a way to respond to the objectives a descriptive research was carried out. Data collection took place in two moments first data from the National Fund for Education Development were used in the reports 'Acquisitions of Family Farming' and 'Financial Funds'. Subsequently, an interview was held with the person responsible for articulating the National School Food Program in the municipality. It was observed that the municipality of Dom Pedrito/RS presented indexes lower than the minimum value of 30% of the transfer of National Fund for Education Development funds to the state of Rio Grande do Sul for the acquisition of foodstuffs from family agriculture in the years 2012 and 2016 according to stipulated by Law No. 11947, from 2009, due to limiting factors such as the lack of documentation by the farmers and the decentralization of the delivery points of the products. It is understood that only the use of Public Calls to ensure compliance with the minimum value of 30% required by the legislation has not proved sufficient and greater efforts are required from all those involved in the program.

Keywords: Family Farming. School Food. Public Policies.

1 Federal University of Pampa (UNIPAMPA). Bachelor in Management. Management Graduate student at UNIPAMPA. E-mail: fidorneles@gmail.com

2 Federal University of Pampa (UNIPAMPA). Bachelor in Management. Ph. D. in Management. E-mail: caroline.unipampa@gmail.com

3 Federal University of Pampa (UNIPAMPA). Undergraduate student in Animal Science at UNIPAMPA. E-mail: arthurbettencourt@gmail.com

4 Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduate student in Rural Development at UFRGS. E-mail: rei_lee_gp@gmail.com

5 Federal University of Santa Maria (UFSM). M.S. in Animal Science. E-mail: fernandabrittosimoes@gmail.com

6 Federal University of Pampa (UNIPAMPA). Ph. D. in Agronomy. Adjunct Professor at UNIPAMPA. E-mail: nascimento.shy@gmail.com

Panorama de la adquisición de alimentos de la Agricultura Familiar para el Programa Nacional de Alimentación Escolar en un municipio de Río Grande del Sur (Brasil)

Filipe Mello Dorneles¹, Caroline Ferreira Mainardi², Arthur Fernandes Bettencourt³, Reilly Gonçalves Pires⁴, Fernanda de Souza Britto Simões⁵ y Shirley Grazieli da Silva Nascimento⁶

Resumen: El presente estudio se propuso analizar la participación del municipio de Dom Pedrito (RS) en el Programa Nacional de Alimentación Escolar en los años de 2011 a 2016. Metodológicamente, como forma de responder a los objetivos, se realizó una investigación descriptiva. El levantamiento de datos se dio en dos momentos. Primeramente, se echó mano de datos disponibilizados por la Fundación Nacional de Desarrollo de la Educación en los informes “Adquisiciones de la Agricultura Familiar” y “Transferencias Financieras”. Posteriormente, se realizó una entrevista con la responsable de la articulación del Programa Nacional de Alimentación Escolar en el municipio. Se observó que el municipio de Dom Pedrito (RS) presentó índices inferiores al valor mínimo de 30 % de la transferencia de presupuesto de la Fundación Nacional de Desarrollo de la Educación al estado de Río Grande del Sur para la adquisición de géneros alimenticios de la Agricultura Familiar, en los años de 2012 a 2016, conforme a lo estipulado por la Ley n 11.947/2009, por factores limitantes como la falta de documentación por parte de los agricultores y la descentralización de los puntos de entrega de los productos. Se comprende que solo el uso de Convocatoria Públicas para garantizar el cumplimiento del valor mínimo de 30 % exigido por la legislación no se ha sido suficiente, siendo necesarios esfuerzos mayores de todos los implicados en el programa.

Palabras clave: Agricultura Familiar; Alimentación Escolar; Políticas Públicas.

1 Universidad Federal do Pampa (UNIPAMPA). Graduado en Administración. Curando la maestría en Administración en UNIPAMPA. E-mail: fidorneles@gmail.com

2 Universidad Federal do Pampa (UNIPAMPA). Graduada en Administración. Doctora en Administración. E-mail: caroline.unipampa@gmail.com

3 Universidad Federal do Pampa (UNIPAMPA). Cursando el grado en Zootecnia en UNIPAMPA. E-mail: arthurbettencourt@gmail.com

4 Universidad Federal de Río Grande del Sur (UFRGS). Cursando la Maestría en Desarrollo Rural en UFRGS. E-mail: rei_lee_gp@gmail.com

5 Universidad Federal de Santa Maria (UFSM). Magister en Zootecnia. E-mail: fernandabrittosimoes@gmail.com

6 Universidad Federal do Pampa (UNIPAMPA). Doctora en Agronomía. Profesora Adjunta en UNIPAMPA. E-mail: nascimento.shy@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Questões pertinentes a segurança alimentar, fortalecimento e valorização da Agricultura Familiar e a situação da alimentação escolar, tabuladas em um mesmo debate, deram origem ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo Soares et al. (2015), o programa surgiu com a pretensão de atender a todos os alunos matriculados na rede pública de ensino do Brasil, tendo como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento educacional e uma formação adequada de hábitos alimentares saudáveis.

O PNAE, quando criado foi nomeado como Campanha Nacional de Merenda Escolar, no ano de 1955, sendo executado e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE). No Brasil, o programa é o mais antigo relacionado ao contexto da alimentação escolar e possui também como intento atender questões acerca da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Sua construção ao longo dos anos foi baseada em retoques, propondo o fortalecimento de vias para que todos os objetivos do programa fossem alcançados (BRASIL, 2017a).

O programa acrescentou, em sua estrutura, diretrizes em busca do fortalecimento da Agricultura Familiar, e isto se deu a partir da Lei nº 11.947/2009, que rege o PNAE, em seu Artigo 14, indicando que 30% dos recursos repassados pelo FNDE para aquisição de alimentos, tenham origem direta da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, o fomento à Agricultura Familiar¹ tem se mostrado importante para a definição e a execução de ações municipais voltadas a SAN e desenvolvimento local, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A produção de alimentos, em especial a advinda da Agricultura Familiar, tem se fortalecido através da articulação de políticas públicas, como as do PNAE com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

De acordo com o caráter apresentado pela legislação, realizar as análises da compra de alimentos para a alimentação escolar são importantes, considerando a necessidade do fortalecimento da Agricultura Familiar e do incentivo a utilização de alimentos regionais, além de estimular o aumento do consumo de alimentos *in natura* por parte dos estudantes, como definido nas diretrizes do PNAE (BRASIL, 2009).

1 Neste trabalho Agricultura Familiar é entendida como uma “forma social de produção que se orienta sob uma lógica de funcionamento centrada na busca por assegurar a reprodução social da família rural e satisfazer as necessidades de consumo de seus membros” (ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2008, p. 3).

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar a participação do município de Dom Pedrito/RS, no Programa Nacional de Alimentação Escolar nos anos de 2011 a 2016 e comparar a participação do município frente aos demais municípios pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul.

2 ANTECEDENTES DOS PROGRAMAS ALIMENTARES NO BRASIL

A alimentação escolar no Brasil teve origem a partir de iniciativas isoladas da sociedade civil e posteriormente por meio dos esforços de alguns estados e municípios até se chegar a um programa que viria a se estender por todo o território nacional, coordenado pelo Governo Federal (TURPIN, 2009).

Este programa que cobriu todo o espaço nacional e que objetivou oferecer alimentação adequada aos alunos das escolas da rede pública do país foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo uma das primeiras políticas públicas implementadas no país e um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, tanto em número de pessoas atendidas quanto em recursos alocados (VILLAR et al., 2013). O PNAE, implantado em 1955, busca contribuir com o crescimento e o desenvolvimento psicossocial dos alunos da rede pública de ensino, possibilitando melhorias no aprendizado e no rendimento escolar, bem como, influenciando na formação de hábitos alimentares saudáveis (SOARES et al., 2015; BRASIL, 2017b).

Quanto a responsabilidade da gestão do PNAE, esta é atribuída aos estados e municípios. Na modalidade estadualização, os recursos são repassados pelo FNDE para as secretarias estaduais de educação, que adquirem e distribuem os alimentos para a rede escolar e para as escolas dos municípios que não municipalizaram a merenda. Já na modalidade municipalização, a prefeitura realiza um convênio direto com o FNDE e recebe os recursos para a compra e distribuição dos alimentos que serão utilizados na merenda escolar. Arretche (2010) salienta que, se o governo estadual estiver de acordo, o município obterá recursos para servir também os estudantes da rede estadual de ensino.

As diretrizes da Lei nº 11.947/2009, apesar de recente, fizeram com que o PNAE avançasse consideravelmente, estendendo o programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos do país (PEIXINHO, 2013). O programa vem com o pressuposto de reforçar que a alimentação escolar beneficia a educação através da oportunidade de refeições balanceadas, tornando o desempenho de cada aluno exitoso.

Bavaresco e Mauro (2012) apontam que o Programa Nacional de Alimentação Escolar, é responsável pelo fornecimento de cerca de 130 milhões de refeições diárias, distribuídas nos 5.565 municípios do Brasil e no Distrito Federal, evidenciando que o programa é uma das principais políticas públicas de compra e distribuição de alimentos do mundo.

O PNAE, à procura pela segurança alimentar e das metas em que se alicerça, incentiva a oferta de alimentos na merenda escolar, oriundos da Agricultura Familiar, que segundo o Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), ‘Estado da Alimentação e da Agricultura’, possui potencialidade em cooperar na erradicação da fome mundial, como ainda, a alcançar a segurança alimentar sustentável (BRASIL, 2014).

Declara-se na lei nº 11.947/2009, que rege o programa, em seu artigo 14, que da totalidade dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, ao menos 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades indígenas e quilombolas (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, o PNAE se revela importante facilitador da inclusão da Agricultura Familiar no cenário da merenda escolar brasileira, pois conforme Ribeiro, Ceratti e Broch (2013), o programa tornou-se uma política de caráter estruturante, possibilitando a aquisição de gêneros alimentícios de produtores locais, oportunizando a geração de renda a pequenos agricultores e comerciantes.

Schneider (2003) revela que a emergência das discussões sobre a Agricultura Familiar ocorreu tardiamente no Brasil, quando levado em consideração a discussão nos países desenvolvidos. Entre os elementos sociais e políticos discutidos pelo autor, destaca-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996. Este programa surgiu como resposta às pressões de movimentos sindicais rurais e buscou a provisão de crédito agrícola e apoio as categorias de pequenos produtores rurais que historicamente apresentavam dificuldades na manutenção das atividades.

No entanto, com as mudanças de perspectiva política ocorrida no Brasil nos anos 2000 ocorreram maiores avanços nas políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar no Brasil. Prova disto, são as reformulações ocorridas no PNAE e a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Estes dois programas têm como premissa a Segurança Alimentar e Nutricional

(SAN) no país. Enquanto que o PNAE tem foco na alimentação escolar, o PAA visa atender famílias em estado de insegurança alimentar.

O PNAE oportuniza uma alimentação adequada aos estudantes da rede pública de ensino, além de incentivar a produção de alimentos através da Agricultura Familiar. E quando se discute sobre uma alimentação adequada, refere-se a segurança e soberania alimentar, e neste cenário a Agricultura Familiar no Brasil foi e continua possuidora de uma fatia importante no abastecimento de alimentos no mercado interno, fornecendo alimentos a dieta básica alimentar da população, enquanto, que por outro lado, a agricultura de grande porte e empresarial, está voltada para a exportação de *commodities* de baixo valor agregado para o país (CONSTANTY et al., 2013).

Estimular e apoiar à Agricultura Familiar têm se mostrado relevante para a formulação e a implementação de ações municipais de SAN e de desenvolvimento local, que visem promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Em 2016, a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO, 2014) definiu o ano de 2014 como Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), com a finalidade de melhorar a visibilidade da Agricultura Familiar, com foco na erradicação da fome e pobreza, segurança alimentar e nutricional, melhoria nos meios de subsistência, gestão dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e sustentabilidade em áreas rurais. Neste sentido, este estudo buscou analisar justamente os avanços alcançados após o período que buscou fomentar a discussão da importância dessa modalidade de produção através dos programas federais.

3 METODOLOGIA

Como forma de responder aos objetivos deste estudo, realizou-se uma pesquisa descritiva, pois a mesma permitiu elucidar o fenômeno estudado e, ainda, revelou características específicas do mesmo (TRIVIÑOS, 1987).

O foco principal deste estudo foi o município de Dom Pedrito/RS, localizado no estado do Rio Grande do Sul, onde foram averiguados os valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar para o PNAE no período de 2011 a 2016 (único período disponibilizado nos relatórios da Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação).

A escolha do município como objeto de estudo foi realizada, considerando-se a localização dos pesquisadores. Para confrontar com os dados do município, aferiu-se também quantos municípios gaúchos cumprem com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009. Sendo analisados os 496

municípios do estado do Rio Grande do Sul, construindo-se um breve panorama de participação destes no programa estudado.

O levantamento de dados ocorreu entre março e maio de 2016 e se deu em dois momentos, primeiramente lançou-se mão de dados disponibilizados pelo FNDE para verificar qual a participação da Agricultura Familiar no PNAE dos municípios gaúchos, para posterior comparação com os números do município de Dom Pedrito/RS. E em um segundo momento foi realizada uma entrevista com a nutricionista do município, responsável pela articulação do PNAE. A entrevista foi gravada mediante autorização da entrevistada e, logo após a sua realização, a mesma foi transcrita e interpretada.

De posse dos dados realizou-se a análise dos mesmos através da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), pois a mesma “é um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2011, p.15; destaques no original).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresenta-se a análise interpretativa da entrevista realizada com a responsável pela aquisição dos alimentos oriundos da Agricultura Familiar no município de Dom Pedrito/RS. Logo após, apresenta-se uma discussão acerca dos dados analisados referentes aos valores repassados pelo estado do Rio Grande do Sul a seus municípios, apresentando um breve contexto acerca da participação da Agricultura Familiar na unidade federativa.

4.1 PNAE e Dom Pedrito/RS

Dom Pedrito/RS abrange em sua economia uma parcela considerável de produtos advindos da produção da Agricultura Familiar como cereais, frutas, carne bovina e ovina (RATHMANN et al., 2008; MATTE; SPANEVELLO; ANDREATTA, 2015). Nesse sentido, o município apresenta um cenário que o torna apto a contribuir com o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Levar os agricultores familiares a participarem do programa é de extrema importância, pois oportuniza o fortalecimento da produção oriunda desses produtores rurais, assim como proporciona a movimentação na economia municipal. Diante disso, questões foram levantadas e apresentadas a Secretaria Municipal de Educação de Dom Pedrito/RS, município este que atingiu três vezes o índice superior a 30% de repasse da verba do PNAE para compra de alimentos produzidos pela

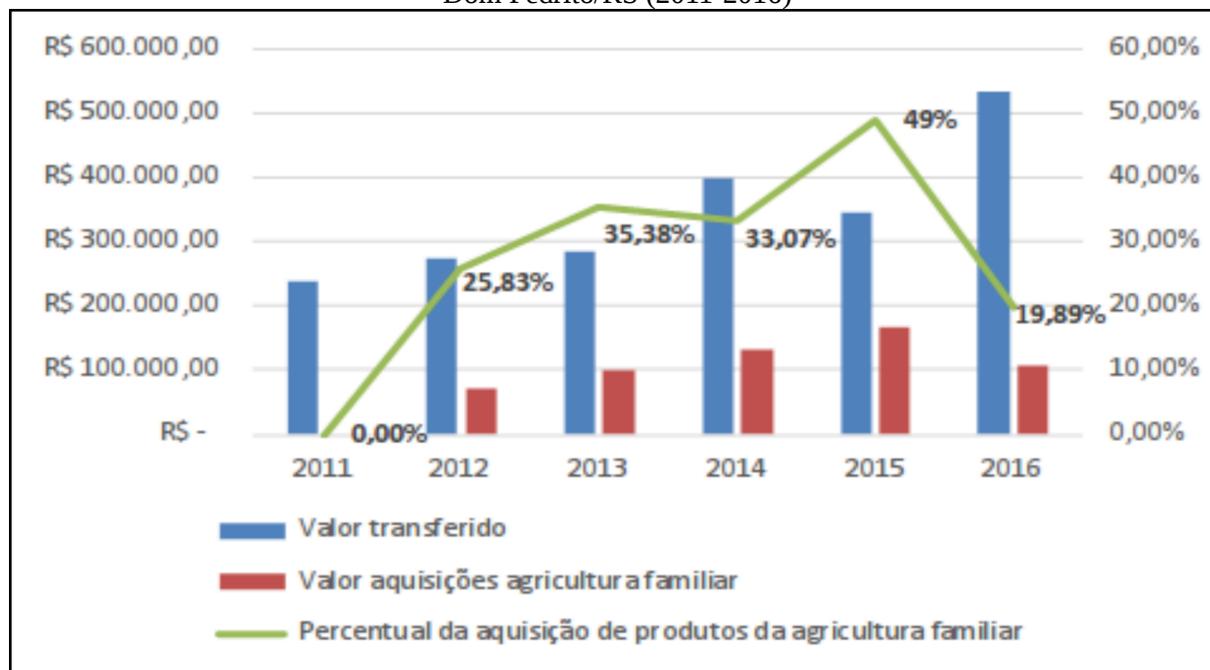
Agricultura Familiar, entre os anos de 2011 a 2016, atendendo ao mínimo estabelecido pela Lei nº 11.947/2009. Desta forma, indagou-se a responsável pelo PNAE no município gaúcho, se haveria algum critério para a seleção dos agricultores para a sua participação no fornecimento de alimentos para o programa, diante do grande número de propriedades definidas com a atividade de Agricultura Familiar em Dom Pedrito/RS, sendo 717 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006).

Os familiares participam desde que eles tenham a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e tenham condições de produzir os alimentos que nós, da Secretaria de Educação do Município, demandamos. Primeiramente nós fazemos uma reunião com os produtores para sabermos o que eles têm para nos oferecer e em seguida confeccionamos os cardápios (RESPONDENTE, 2017).

A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), a qual a respondente se refere, passou a ser exigida em 2009, quando a gestão do PNAE estabeleceu que do total de recursos financeiros repassados pelo FNDE, no mínimo 30% deveriam ser destinados para a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares e empreendedores rurais. Além da DAP Física e/ou Jurídica, conforme a Lei da Agricultura Familiar n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, os agricultores devem estar enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Esse cenário revela a relação existente entre órgão público e agricultores familiares, auxiliando no alcance dos objetivos ao que o PNAE se propõe, indo do oferecimento de uma alimentação saudável aos alunos da rede pública, visando a difusão da segurança alimentar, a inclusão dos pequenos produtores e sua produção, pois justamente com o esforço da Lei nº 11.947/2009, há o fortalecimento da Agricultura Familiar, contribuindo para a valorização da atividade familiar, reconhecida como importante protagonista para o desenvolvimento social e econômico (BRASIL, 2017b; FANTINELI, 2017). Na Figura 1, pode-se observar a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar do município de Dom Pedrito/RS durante o espaço temporal analisado.

Figura 1 – Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar no PNAE no município de Dom Pedrito/RS (2011-2016)



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de FNDE (2017).

Os dados referentes a aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela Agricultura Familiar durante o ano de 2011 não foram incluídos no relatório disponibilizado pelo FNDE. De acordo com a instituição, os registros dos dados apresentados nos relatórios são de responsabilidade dos gestores públicos municipais e estaduais pela execução local do PNAE. No ano de 2012 o município utilizou 25,83% do valor transferido pelo FNDE adquirindo produtos oriundos da Agricultura Familiar, no entanto, ainda assim não atingiu o valor mínimo (30%) exigido pela Lei nº 11.947/2009. Contudo, aferiu-se que a participação da Agricultura Familiar na merenda escolar da rede pública no município de Dom Pedrito/RS atingiu o mínimo exigido por lei, pela primeira vez em 2013, com um índice de 35,38%, tendo um decréscimo no ano posterior, alcançando a margem de 33,07%.

No ano de 2015 o valor destinado a aquisição de produtos advindos da Agricultura Familiar obteve o maior índice, atingindo 49%, valor 19% superior ao exigido pela Lei nº 11.947/2009. No entanto, apesar do ano de 2015 ter apresentado um aumento significativo em relação aos anos anteriores, em 2016 a Agricultura Familiar voltou a perder espaço na alimentação escolar municipal, demonstrando que há grande oscilação de sua participação na composição total de alimentos ofertados as escolas da rede pública de Dom Pedrito/RS. Todavia, dentre os anos

analisados, 2016 recebeu o maior repasse do governo federal, indicando que a baixa participação (19,89%) da Agricultura Familiar neste período não se deu devido ao montante repassado pelo FNDE e sim, pelo baixo número de produtos participantes do PNAE. Conforme a responsável pela articulação do programa no município, não se atingiu os 30% no último ano abordado nesta pesquisa por razões de desistência, pois no início 10 produtores forneciam alimentos a merenda escolar, no entanto, este número passou por um decréscimo, tendo em 2016, apenas cinco produtores.

Ribeiro, Ceratti e Broch (2013), em estudo realizado também em municípios gaúchos, apontam uma baixa participação dos produtores rurais ao programa, e salientam que isto se deve, provavelmente, a burocracia que envolve a legislação exigida pelos órgãos responsáveis por atender as exigências fiscais e inspeções municipais e estaduais aos produtos, bem como a dificuldade, por parte dos produtores, de manter uma escala de produção de frutas e hortaliças em pequenas propriedades rurais com baixo nível tecnológico e mão de obra. Os mesmos autores discorrem que tais dificuldades podem ser superadas com uma maior organização municipal, por meio da criação de associações e cooperativas, como no município de Ijuí-RS, que possui 47 produtores, três agroindústrias panificadoras e duas agroindústrias de embutidos, tornando mais constante e garantido o atendimento ao PNAE.

Por outro lado, encara-se que demais fatores poderiam ser facilitadores da participação da Agricultura Familiar no programa, aumentando o número de participantes. A responsável pelo programa no município de Dom Pedrito/RS expõe que fatores como a logística e demanda de produção também afetam a participação dos produtores familiares, dificultando a concretização dos objetivos propostos pelo programa, como o fortalecimento da Agricultura Familiar. A partir deste cenário, os entraves devem ser apontados com maior clareza e posteriormente depostos, alicerçando ainda um maior suporte as propriedades e um maior aporte de assistência técnica para aumento de diversificação e volume de produção, fortalecendo políticas públicas futuras e as já existentes (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013).

Ainda no contexto do número de agricultores que entregam alimentos a merenda escolar, a entrevistada foi questionada se a desistência de metade dos produtores participantes do programa em Dom Pedrito/RS possuía também relação com questões burocráticas, e sua resposta demonstra que os fatores que surgem são outros:

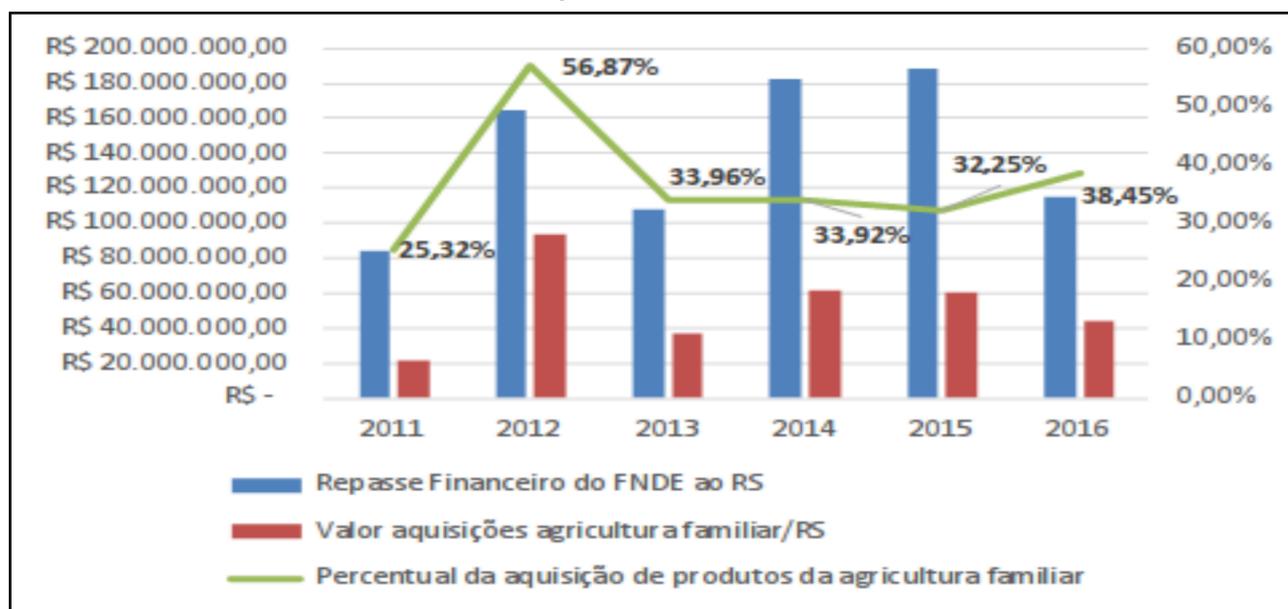
O problema é a logística. O ideal é que eles trouxessem para cá (SME), centralizassem aqui e nós distribuíssemos, e além disso, tinha que ter pessoal que fizesse toda a separação e higienização. Agora eles entregam direto nas escolas, e às vezes, não é vantajoso entregar 10, 12 maços de couve, porque as escolas não são perto umas das outras. Mas nós tentamos fazer um roteiro para que fique melhor para os produtores. No caso das escolas da zona rural, os motoristas vêm buscar aqui na secretaria os produtos (RESPONDENTE, 2017, n. p.).

Ao cumprimento da Lei nº 11.947/2009, alguns dos produtos mais fornecidos pela Agricultura Familiar de Dom Pedrito/RS ao PNAE são: alface, mostarda, milho, couve, tempero verde, laranja, bergamota, mandioca e beterraba. São produtos de hortifrúti que geralmente são adquiridos pelo programa, apontados também em diversos estudos realizados em outros municípios (LOPES; ALMEIDA, 2012; SARMENTO, 2012; RIBEIRO; CERATTI; BROCH, 2013; MARQUES; BARATA; ALVES, 2016).

4.2 Panorama do PNAE no Rio Grande do Sul

A participação dos agricultores familiares em todo o território do estado do Rio Grande do Sul pode ser observada na Figura 2, onde se verifica que o município de Dom Pedrito/RS está dentro da parcela que atinge o mínimo que estipula a Lei nº 11.947/2009.

Figura 2 – Valores repassados ao estado do Rio Grande do Sul x Aquisição de gêneros alimentícios direto da Agricultura Familiar



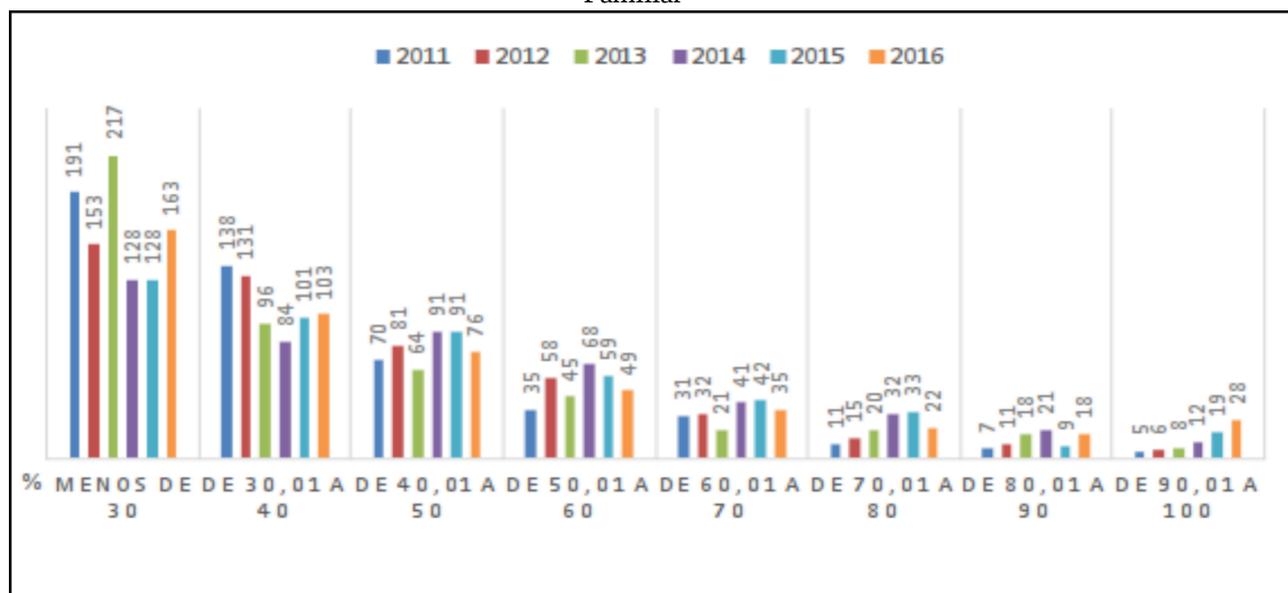
Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de FNDE (2017).

Pode-se aferir que o valor repassado pelo FNDE ao estado do Rio Grande do Sul para a aquisição de alimentos para a merenda escolar sofreu oscilações ao longo dos anos estudados. No ano de 2011 tanto o valor repassado ao estado pelo FNDE quanto a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar foram os menores observados, o que conseqüentemente resultou em um menor percentual da aquisição de produtos deste tipo de atividade. No ano de 2012 houve um aumento considerável tanto no repasse financeiro quanto na participação da Agricultura Familiar na merenda escolar.

No ano de 2013 o valor repassado ao estado apresentou um decréscimo de R\$ 56.797.133,20 quando comparado ao ano anterior. Já nos anos de 2014 e 2015, o valor destinado a compra de produtos para a alimentação escolar da rede pública do Rio Grande do Sul obteve um novo aumento, atingindo uma média de R\$ 185 milhões. Quanto ao ano de 2016, ainda que o valor repassado ao estado tenha diminuído novamente, o percentual de participação da Agricultura Familiar na merenda escolar do estado aumentou, atingindo 38,45%, valor 8,45% superior ao estipulado pela legislação.

O percentual de aquisição de gêneros alimentícios advindos da Agricultura Familiar nos 496 municípios do estado do Rio Grande do Sul durante o período analisado (2011 a 2016) pode ser visualizado na Figura 3.

Figura 3 – Número de municípios e o percentual de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de FNDE (2017).

Pode-se observar durante o ano de 2011, que 38,5% dos municípios gaúchos não adquiriram o valor mínimo, de 30%, dos recursos repassados pelo FNDE na aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. Tal fato pode ser explicado pela, até então, falta de preparação por parte dos envolvidos no programa (órgãos públicos e produtores familiares), em função do pouco tempo de vigência da Lei nº 11.947 implementada em 2009. No entanto, em 2013 houve uma menor participação da Agricultura Familiar na merenda escolar da rede pública estadual, tendo 43,75% dos municípios gaúchos não alcançado o valor mínimo preestabelecido por lei. O baixo percentual de participação de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar tem relação com o menor repasse do FNDE para o Rio Grande do Sul neste mesmo ano, conforme observado na Figura 2.

Além disso, aferiu-se, também na Figura 3, que o município de Dom Pedrito/RS se encontra entre a maioria dos municípios que ultrapassam a margem de 30% da verba direcionada para a compra de produtos oriundos da Agricultura Familiar. Nos anos de 2013 e 2014, o município esteve presente no nível de aquisição entre 30,01 e 40%, enquanto que em 2015 adquiriu entre 40,01 e 50%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que o município de Dom Pedrito/RS apresentou índices inferiores ao valor mínimo de 30% do repasse da verba do FNDE ao estado do Rio Grande do Sul para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar, nos anos de 2012 e 2016, conforme o estipulado pela Lei nº 11.947/2009, por fatores limitantes apresentados pela nutricionista responsável pela articulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município gaúcho, como a falta de documentação por parte dos agricultores (principalmente a DAP), a falta de organização dos produtores e a descentralização dos pontos de entrega dos produtos, aumentando o custo ao agricultor.

A tentativa do cumprimento a lei ocorre por via de Chamadas Públicas, contudo, a simples publicação deste tipo de edital não garante que ao menos 30% dos recursos repassados pelo FNDE para os municípios sejam gastos com aquisição de produtos da Agricultura Familiar, sendo necessário um maior envolvimento dos órgãos públicos municipais a fim de esclarecer os procedimentos para a participação dos agricultores familiares no PNAE.

Neste sentido, compreende-se que muitas questões ainda estão por serem resolvidas, como um maior esforço da gestão pública em facilitar e auxiliar em questões burocráticas e de logística, incentivando a participação da Agricultura Familiar na merenda escolar. Mas, há de se considerar um avanço no programa, tanto no município de Dom Pedrito/RS, quanto no estado do Rio Grande do Sul como um todo, tendo em vista o número de alunos atendidos, o fomento a Agricultura Familiar, importante atividade econômica fornecedora de alimentos, em sua grande maioria, com melhor qualidade, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional dos estudantes brasileiros.

REFERÊNCIAS

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; HIRAI W. G. Agricultura familiar, desenvolvimento territorial e segurança alimentar: estudo de caso no estado do rio grande do sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4., 2008, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/4-encontro-economia-gaucha/index.html>> Acesso em: 15 nov. 2016.

ARRETCHE, M. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAVARESCO, P. A.; MAURO, F. Agricultura familiar brasileira no Programa Nacional de Alimentação Escolar: garantia de mercado aos agricultores e de segurança alimentar e nutricional aos alunos da rede pública de ensino. In: **Fórum de especialistas: PAES para América Latina e Caribe**. Santiago, Chile, agosto de 2012. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/fileadmin/templates/fondobrasil/documentos/Foro_expertos/Articulos/Artigo_Pedro_Bavaresco.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2016.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

_____. Lei nº 11.947. **Lei da Merenda Escolar, Lei de Alimentação Escolar, Lei do Programa Dinheiro Direto na Escola**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 de junho de 2009.

_____. Ministério da Educação. **Programa de referência mundial na alimentação escolar completa de 62 anos**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/GBMZgQ>>. Acesso em: 01 out. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **ONU reforça a importância da Agricultura Familiar**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/chBwuf>>. Acesso em: 13 out. 2016.

CAMARGO, R. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da

Agricultura Familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, Araraquara, v. 8, n. 2, 2013. Não Paginado.

CONSTANTY, H. H. et al. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a sustentabilidade: o caso de Marechal Cândido Rondon. In: Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento, 2., 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba, 2013.

FANTINELI, D. et al. **Produção da Agricultura Familiar no município de Nova Palma–RS–Brasil**: uma abordagem na perspectiva do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). 2017. 84 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/RSw5Q5>>. Acesso em: 14 out. 2016.

LOPES, D. E.; ALMEIDA, R. D. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Castilho e Andradina-SP. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 13, n. 1, p. 132-148, jun. 2012.

MARQUES, A. C.; BARATA, A. S.; ALVES, R. R. Analysis of products supply from farming family for the national school feeding programme (PNAE) are in the municipality of São Gabriel-RS. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 38, n. 2, p. 906-912, 2016.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito/RS. **Holos**, Natal, ano 31, v. 1, p. 144-159, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Sobre**: o que é agricultura familiar? Roma, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/iw4qCF>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

RATHMANN, R. et al. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 46, n. 2, p. 325-354, abr. jun. 2008.

RESPONDENTE. Respondente anônimo: entrevista [maio, 2017]. Entrevistador: F. Dorneles. Dom Pedrito: UNIPAMPA-RS, 2017. 1 gravador digital. Entrevista concedida ao Projeto de Responsabilidade Social Universitária (n. do cadastro 04.015.15) da UNIPAMPA-RS.

RIBEIRO, A. P. P.; CERATTI, S.; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da Agricultura Familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista GEDECON: Gestão e Desenvolvimento e m Contexto**, Parada Bonito, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2013.

SARMENTO, R. N. **A cidade de Rio Claro/SP está cumprindo sua meta na compra de alimentos de Agricultura Familiar para o PNAE?** 2012. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ecologia), Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SOARES, P. et al. Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar em um município brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1891-1900, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do Apoio aos Agricultores Familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

VILLAR, B. S. et al. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 223-226, 2013.